

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

Quem utiliza regularmente a linha da Beira Alta, lida não só com o drama dos sucessivos incumprimentos dos horários dos comboios obsoletos que por lá circulam, como está confrontado desde há uns meses com a supressão de duas ligações entre Lisboa e a Guarda e vice-versa.

Escusado será dizer que esta decisão da Administração da CP, validada pelo Governo, nem que seja por omissão, e tomada sem pré-aviso e sem consulta ou articulação com as autarquias (via CIM's) e com os agentes que a linha serve, é um pontapé na coesão territorial e é mais um custo imposto aos territórios do Interior, cada vez mais desprestigiados e alvos fáceis de medidas que podendo ser economicamente racionais, acabam por ser, de racionalidade em racionalidade, de uma irracionalidade total, por aniquilarem progressivamente uma região e até um País.

Não se pode ignorar que a mobilidade inter-regional e nacional, que é tão defendida nos discursos oficiais e nas palavras de ordem, não passa de uma miragem no que aos distritos de baixa densidade diz respeito, hoje fustigados por portagens de ex-scut's (A 23 e A25) mais caras que as melhores auto-estradas de outras zonas do País.

Se a este ónus que recai sobre o uso do transporte individual para o Interior do país, adicionarmos uma perda quantitativa e qualitativa do serviço dos transportes públicos ferroviários, o resultado é deprimente, por quebrar rotinas e hábitos nos utentes que dificilmente se recuperarão.

A decisão da CP ter-se-á alegadamente apoiado na diminuição da procura provocada pela COVID-19 e pelo confinamento que se seguiu, ajustando a oferta à procura do serviço.

Mas se assim foi, não deixa de ser estranho que, por exemplo, na rota Guarda-Lisboa, o primeiro horário a ser suprimido no período do estado de emergência fosse o da manhã e agora, sem razão aparente, seja o da tarde (o antigo IC das 19.07h), o que dá a ideia de cortes

aleatórios e casuísticos, sem qualquer estudo a sustentá-los.

Também seria útil apurar se noutras zonas do país mais povoadas, as supressões ocorreram ou não e em que dimensão, para se perceber se a política da CP foi equitativa e proporcional ou discriminatória.

Sobre esta desgradação já se pronunciou na imprensa a Ministra da Coesão Territorial, que assegurou *'ter a garantia de que se tratou de uma situação transitória e que os horários e ligações anteriores serão repostos em breve'*.

Como de *'boas intenções está o inferno cheio'*, como não se sabe oficialmente e pelo membro do Governo que tutela o setor quanto tempo demorará a reposição (a expressão *'em breve'* é quase sempre uma falácia, pela sua imprecisão) e como o país já desconfinou, recuperando parcialmente a sua normalidade, é imperioso que o Governo esclareça:

- 1. O que motivou em concreto a supressão de ligações Guarda-Lisboa e vice-versa na linha da Beira Alta?**
- 2. Foi feito algum estudo sobre as quebras na procura? Em caso afirmativo, que dados concretos foram sopesados pela administração da CP?**
- 3. Esta decisão foi também tomada noutras linhas de comboio. Em quais, exatamente?**
- 4. Em que data previsível se espera que as ligações sejam repostas e quais são os resultados do ponto de vista da procura a partir dos quais se torna exequível recuperar os horários suprimidos?**
- 5. A CP e o Governo estão ou não dispostos a assumir os custos das políticas de coesão territorial e social do país, sem colocarem a racionalidade económica como o primeiro (senão mesmo o único) dos critérios para agirem?**

Palácio de São Bento, 8 de junho de 2020

Deputado(a)s

CARLOS PEIXOTO(PSD)